

A SEMANA DO ÍNDIO NO MUSEU PARAENSE EMILIO GOELDI

O dia do Índio (19 de abril), instituído no Brasil através do Decreto - Lei nº 5540 pelo então Presidente Getúlio Vargas em 2 de junho de 1943, foi criado durante o I Congresso Indigenista Interamericano, em 1940, reunindo em La Posada de Don Vasco de Quiroga, na República do México.

Naquele ano de 1943, quando da realização da 18ª Reunião do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), estabeleceu-se o ano próximo para a primeira celebração, a nível nacional, de festividades alusivas à data. Foi, então, em 1944, distribuída a seguinte nota à imprensa:

“O Brasil do mesmo modo que as demais nações americanas comemorará festivamente este ano o DIA DO ÍNDIO, escolhido pelo Instituto Indigenista Interamericano, para celebrar a memória dos primitivos povoadores da terra americana e para homenagear as tribos silvícolas remanescentes, que ainda representam um patrimônio humano de real valor... O Brasil foi um dos primeiros países a cuidar com interesse e carinho do problema indigenista americano” (1).

Assim, calcado nos valores positivistas do Marechal Rondon, o Serviço de Proteção aos Índios, fundado em 1910, comemorou, pela vez primeira e efusivamente, naquele ano de 1944, o 19 de abril, tendo sido os trabalhos comemorativos coordenados pela antropóloga e, então, diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Dr^a Heloisa Alberto Torres. E, dentro desse teor oficial de “festivalismo” indigenista, do ufanismo do trabalho levado a cabo por funcionários governamentais junto às populações indígenas, é que sempre se pensou o Dia do Índio. Raras, talvez, tenham sido as vezes em que foi possível uma comemoração que buscasse uma análise crítica do indigenismo brasileiro. É provável que, até início dos anos sessenta, embora com todos os problemas advindos da espoliação generalizada perpetrada contra os grupos americanos já contatados (e aqui poderíamos elaborar um vasto rol desses casos), ou até chacinados (como os *Xokleng*, os *Kaingang*, os *Nambikwara*, os *Tembé*, só para citarmos alguns exemplos), os responsáveis pelo indigenismo governamental considerassem válida a comemoração em caráter festivo dessa data. É sabido por outro lado, que o SPI por pertencer ao Ministério da Agricultura, consignava visível contradição: esse Ministério sempre esteve subordinado aos interesses dos grandes proprietários de terra, o que o levava, conforme Darcy Ribeiro, a uma posição conciliatória face às frentes pioneiras que avançavam por sobre os territórios índios, principalmente as agropastoris (2).

A partir de meados daquela mesma década, a política econômica governamental abrindo caminhos à entrada e assentamento de investimentos estrangeiros no País, mormente na Região Amazônica, tornou a política indigenista, agora através da Fundação Nacional do Índio, FUNAI, desde 1967 (3), como parte integrante do Ministério do Interior. Como dantes, subordina-se aos interesses econômicos de grupos estrangeiros e nacionais, estes aliados ou não aos primeiros, proporcionando com isso maior vulnerabilidade aos territórios tribais e às populações indígenas existentes.

Fatos marcantes como a abertura das estradas transamazônicas, a construção de imensas barragens que transformarão todo o ecossistema amazônico e o da Bacia do Rio Uruguai, a ameaça sempre constante e já histórica da perda dos territórios tribais para as grandes agropecuárias, e a tentativa de emancipação por decreto fizeram com que se modificasse a atuação dos cientistas sociais em geral e de grande parte da própria Igreja, afetos à causa indigenista. Este último fato, o da emancipação, mesmo tendo sido aparentemente colocado de lado pelo governo, face ao repúdio geral de 1978, ainda permanece rondando as sociedades indígenas, agora sob outras formas, como o projeto de estadualização da política indigenista oficial.

E hoje, se há possibilidade de uma vigilância mais ampla e efetiva sobre esse indigenismo de gabinete (4), isto se deve à criação de várias organizações que agrupam não somente antropólogos, mas profissionais os mais diversos e que se encontram ligados direta ou indiretamente por uma atitude comum em relação às comunidades indígenas. Estamos falando das *Comissões Pró-Índio* e *Associação Nacional de Apoio ao Índio* (ANAI), surgidas a partir de 1977/78, e outras congêneres (5), como o Conselho Indigenista Missionário, (CIMI), que vêm procurando realizar um trabalho permanente não só de vigilância, como dissemos acima, mas servindo também como porta-voz de reivindicações dos índios e alertando a opinião pública para os mais diferentes problemas que atingem essas sociedades.

Tal situação contribuiu, de certa forma, para o repensamento de todo o trabalho indigenista até aqui efetuado, mais particularmente, dentro desses dezesseis anos. Possibilitou, inclusive, que hoje se venha questionar a realidade nacional ao nível de sua conformação étnica, visto que as relações sociais dos grupos étnicos que a formam, mormente o indígena, permanecem em planos assimétricos e sustentadas em valores ocidentais.

Deste modo, quarenta anos após a criação de 19 de abril e setenta após a primeira formulação de um serviço de Estado voltado para a situação das sociedades indígenas, o Dia do Índio recebe outra conotação; se antes, se pretendia fazer de alguns fatos, às vezes até mesmo positivo, a amostragem de todo indigenismo oficial, agora, embora esta atitude ainda persista nos meios governamentais, encontra, por outro lado, formas simultâneas de atuação bastante divergentes e muito aplicadas à análise crítica do aparelho de Estado, no que diz respeito à sua política indigenista.

Assim é que buscando não uma comemoração festiva, o Museu Paraense Emílio Goeldi, através de sua Divisão de Antropologia, e mais dez entidades locais, entre

elas a Associação Brasileira de Antropologia (ABA-Pa.), promoveu de 14 a 20 de abril de 1980 debates sobre a questão indígena, exposição etnográfica, projeção de filmes e apresentação de uma peça teatral de Marcio Souza — *A Maravilhosa História do Sapo Tarô-Baquê* — por um grupo local de teatro amador. O tema central desenvolvido nesta Semana — A Luta do Índio — representa um resumo de toda a problemática dos grupos tribais localizados em nossos limites fronteiriços, e sobretudo a dos da Região Amazônica. Com a participação de conferencistas de vasto conhecimento acerca dos índios do Norte do País como Lux Vidal, Darcy Ribeiro, Rafael de Menezes Bastos, Olympio Serra, Carlos Dias, e da própria chefe da Divisão, Adélia Engrácia de Oliveira, trataram-se assuntos os mais variados, desde questões mais gerais de antropologia política até casos particulares de sociedades tribais em contato com a sociedade nacional. Enquanto as reflexões em torno de questões políticas giraram em torno da exigência de uma postura diplomática face às sociedades indígenas pelo Estado brasileiro, e não mais a manutenção da evasiva democracia racial e étnica, desde sempre inexistente e por isto mesmo cada vez mais carregada de caracteres assimilacionistas e etnocêntricos, como bem asseverou o Prof. Rafael Bastos, os estudos dos casos específicos, abordados por pesquisadores da Divisão de Antropologia do Museu e por representantes do CIMI e de outras entidades revelou não só a especificidade de cada situação, mas também que a submissão da política indígenista oficial a interesse não-índios e de grupos econômicos é uma constante (6).

Isto posto, podemos salientar os problemas enfrentados pelos índios *Mura-Pirannã*, estudados por Adélia Engrácia de Oliveira, da área dos Rios Maici e Marmelos, que vinham recebendo assistência por parte do *Summer Institute of Linguistics* (SIL), e que se encontram ao abandono da proteção oficial, sendo explorados como coletores e caçadores de peles de animais pelos grandes e médios regatões, e sem terem até o presente seu território demarcado; pelos *Gaviões* do Maranhão, estudados por Maria Helena Barata, que embora possuam sua reserva demarcada (47 mil ha.), estava sendo invadida por fazendeiros. Hoje, estes índios reivindicam aumento territorial de sua área, visto que os territórios até aqui demarcados não são conforme à extensão daquela, e, além disso, os projetos de desenvolvimento comunitário implantados pela FUNAI vêm gerando sérias desavenças dentro do grupo, pois interferem negativamente em sua organização sócio-econômica; pelos *Parakanã*, estudados por Antonio Carlos Magalhães, face à constante inundação de suas terras (Reservas Parakanã e Pucuruí) pela Barragem de Tucuruí. A agência de Estado que trata de assuntos indígenas não tomou até o presente, as mínimas providências para a demarcação da área escolhida em dezembro de 1978, para onde deveriam ser transferidos esses índios, e que hoje se encontra em grande parte invadida por posseiros. Além disso, esta área, escolhida em conjunto por ambas as comunidades indígenas *Parakanã*, é propícia para a perambulação dos subgrupos formadores desta comunidade. Por outro lado, não foi solicitada por esta agência de governo a autorização Presidencial, conforme o disposto em Lei pelo Estatuto do Índio, que viabilizasse esta transferência, como também foi paralisado o seu trabalho de assessoramento, iniciado em 1978, e sem que fosse apresentada a menor justificativa para este fato;

pelos índios do Parque Indígena Tumucumaque, estudado por Lúcia Hussak van Velthem, que envolve todo um trabalho de redelimitação de seu território, para que na futura demarcação das terras, em que habitam os *Wayana-Aparai*, os *Tiriyo*, os *Kaxuyana*, seja levada em consideração a real ocupação da área.

Saliente-se ainda que, além desses, o CIMI, em sua Regional Norte II, apresentou levantamento efetuado junto aos índios *Tembé*, os quais, apesar de terem suas terras demarcadas, vêm sofrendo desde há tempos a invasão de seu território por posseiros e por fazendeiros locais, tendo um deles se apossado de uma área de 249 mil ha., e incentivado a entrada dos posseiros que hoje alcançam aproximadamente cinco mil pessoas na área *Tembé*, com o auxílio da anterior administração regional do órgão que cuida dos assuntos dos índios. Os próprios marcos demarcatórios da Reserva *Tembé* foram retirados de seus locais de origem e transpostos para outros lugares, permitindo a invasão de cerca de 7 mil ha. da área indígena. E, até o presente, mesmo com a mudança dos dirigentes regionais do Órgão, em virtude das volumosas denúncias de corrupção e da atuação anti-indigenista, não há previsão alguma de quanto tempo este fato, o da invasão territorial, irá ameaçar a comunidade *Tembé*.

A comissão organizadora da Semana do Índio recebeu ainda denúncias provenientes da Comissão Pró-Índio do Maranhão sobre o assassinato dos índios Mateus e Moreira, por fazendeiro da região com a coautoria de policiais da Polícia Militar de Barra do Corda. Estes índios, representantes da comunidade Guajajara, vinham se tornando, a exemplo de Angelo Kretã (também assassinado recentemente e sem que até o momento a FUNAI, detentora do poder de tutela sobre os índios, tenha tomado efetivo posicionamento quanto aos assassinos do líder Kaingang), líderes autênticos em defesa do território Guajajara e contra as invasões de proprietários de terra, fato este amplamente divulgado pela imprensa. Além disso, o problema que vem assolando a comunidade Apurinã de Boca do Acre, Estado do Amazonas, mormente a partir do início dos anos setenta, com a ocupação de suas terras por fazendeiros e seringalistas, vem criando verdadeiro clima de terror, a exemplo do Maranhão, entre índios e a população local. A própria FUNAI, ao demarcar as terras Apurinã não reconheceu, à revelia da comunidade indígena, extensa faixa territorial que continua a ser reivindicada pelos índios, pois nela se encontram caminhos de caça e coleta, como também o próprio cemitério do grupo. Já na Reserva Kamikuã, também pertencente a um outro grupo Apurinã, foi paralisada a demarcação territorial, devido à pressão de políticos regionais. Um dos problemas mencionados em relatório do Chefe de Posto é a venda de terras situadas dentro dos limites da Reserva Indígena, configurando-se este em mais um ato de grilagem sobre os territórios tribais, afrontando a soberania destas sociedades.

Desta forma, podemos observar ser a *questão da terra* o fulcro de problemas hodiernamente enfrentados pelos índios e suas comunidades, embora as maneiras de se atingir as terras tribais assumam aspectos os mais variados, sejam através de

empresas agropecuárias, barragens, estradas, mineração, projetos governamentais e/ou privados, associados ou não entre si. A partir da perda de suas terras tradicionais, o grupo recebe o primeiro embate para a destribalização (leia-se também amanci-pação por decreto ou ainda regionalização da política indigenista oficial) e daí a conseqüente fragilidade para a manutenção de sua identidade étnica.

Em síntese, os debates desenvolvidos durante a Semana do Índio, podem ser enquadrados dentro de duas linhas: a primeira, representada por trabalhos de campo elaborados por pesquisadores da Divisão de Antropologia do Museu e de outras entidades, e que podem ser classificados, em alguns casos, como de antropologia aplicada; a segunda, por trabalhos de nível mais teórico, embora diretamente relacionados à prática indigenista e trazendo em seu bojo dados das manifestações sócio-culturais dos grupos indígenas e debatendo questões da identidade étnica e de diplomacia indigenista.

As exposições realizadas durante a Semana do Índio puderam ser bem ilustradas graças à exibição de filmes que virão a se constituir, usando um linguajar cinematográfico, em verdadeiros clássicos da cinemateca etnográfica e etnológica. Dentre os exibidos, podemos mencionar três de média e longa duração e um de curta metragem: "O Raso da Catarina", de Ermano Penna, mostra não só a situação dos índios Pankarare da Bahia em sua luta na defesa de suas terras, mas também como esta se traduz enquanto elemento de identidade étnica do grupo. (Este filme sofreu censura do governo, tendo sido proibida a sua divulgação e apresentação pela Rede Globo, no programa Globo Repórter). "La Guerre de Pacification d'Amazonie", de Yves Billon, no qual fica patente a imposição cultural da sociedade ocidental sobre as sociedades indígenas, quer por contatos com frentes pioneiras, quer por contatos com frentes de penetração da própria FUNAI. Esta questão ficou bem caracterizada quando do contato de elementos do órgão tutelar com os índios Parakanã, em 1970, durante a abertura da Transamazônica. "Terra dos Índios", de Zelito Viana, um filme longa metragem, que nos revela uma sucessão de fatos provenientes do modelo de indigenismo ora em voga, e que culmina não somente com a perda do território pela comunidade indígena, mas ainda se constitui em instrumento para formação de um proletariado étnico diferenciado, o camponês-indígena. Em "Os Gaviões" (Parakatege), curta-metragem de Alceu Massari, é focalizada série de problemas que este grupo hoje enfrenta com a construção da Barragem de Tucuruí, que fará passar pelo território Parakatege uma torre de transmissão daquela hidrelétrica (17).

Historicamente, portanto, podemos notar que a política indigenista se constituiu e se constitui em um paradoxo. Desde o próprio SPI, mesmo em seus melhores momentos, com o humanismo positiva de Rondon, não se pode visualizar qualquer tentativa de aceitação das sociedades tribais como autônomas e independentes do sistema político-econômico nacional. As posições adotadas pelo SPI em favor dos índios, e não foram poucas, principalmente quando da existência de sua Seção de Estudos que teve como um de seus mentores o Dr. Eduardo Galvão,

jamais expuseram uma prática indigenista que se inspirasse na organização sócio-cultural daquelas sociedades. E, se naquele período isto não foi observado, com a criação da FUNAI a situação não teve melhoras, ao contrário; mesmo porque o paradoxo na administração pública permanece.

Desta forma, e face a tantos problemas pelos quais vêm passando as comunidades indígenas, torna-se irônica a comemoração festiva do Dia do Índio pelas esferas governamentais, que são as responsáveis pela implantação de projetos desenvolvimentistas diretamente ou através de seus associados, que levam a própria extinção indígena. De outro lado, são essas esferas que mantêm em sua estrutura administrativa um órgão de proteção à etnia indígena, que vem exercendo o papel para o qual foi criado: não de tutor dos índios, mas sim, e de fato, como mediador dos interesses políticos-econômicos de não-índios em terras indígenas, desfigurando as disposições estabelecidas em Lei e no Estudo do Índio. Daí, a necessidade presente de esta questão ser debatida amplamente e com a participação das comunidades, estendendo-se até mesmo a nível intercontinental; daí, também, a necessidade de fiscalização severa por meio do judiciário e do legislativo, enquanto instâncias magnas do poder público, dos projetos desenvolvimentistas, privados ou estatais, como defendeu a Profa. Lux Vidal.

É preciso, de outro lado, repensar o modelo impositivo de relação estado nacional-minorias étnicas de forma a criar mecanismos que possibilitem uma nova consciência pública e governamental capaz de reconhecer a importância da autodeterminação dos povos indígenas. Tal fato, nos parece de vital importância para assegurar a sobrevivência física e cultural desse complexo mosaico étnico, que engloba desde comunidades em completo ou semi-isolamento até aquelas que vendem sua força de trabalho como índios acomodados ou as que interagem, enquanto grupo, com elementos da sociedade nacional, como é o caso dos Parakatege.

A sociedade nacional desde a sua formação sempre se caracterizou por um conglomerado de etnias diferenciadas, e historicamente o que tem se verificado é a tentativa de sua homogeneização cultural e política, social e econômica pelos agrupamentos humano que tem assumido o controle do poder. Assistimos, por outro lado, a um redescobrimento étnico dos mais vigorosos de populações indígenas tidas como desaparecidas. É significativo que este redescobrimento se manifeste em um período de maior agressividade do tutor sobre seu tutelado, ao menos neste espaço de dez anos.

Deste modo, carece, pois, o Estado nacional de enxergar esses povos, autônomos que são, como agentes de seu próprio destino, sujeito de sua ação, e também, de vê-los como sociedades diferentes em suas formas organizacionais da edificação político-econômica do estado brasileiro. Enquanto para este a terra é objeto, é mera medida que pode ser trocada, como diz José de Souza Martins (8), para o índio é onde se encontram os subsídios da explicação mítica e a justificação das relações sociais. É necessário, portanto, que a tutela exercida pelo Estado se estabeleça em moldes a que o tutelado se sinta seguro da proteção do tutor. A expectativa que se

tem, e isto os próprios índios têm demonstrado de modo insofismável, é que este tutor cumpra de fato e de direito o papel que lhe é atribuído constitucionalmente; ou, então, o projeto nacional brasileiro sofrerá o enfrentamento de mais de cem comunidades a questionar, como autênticas nações que são, a existência deste País em seu escopo de nação multi-étnica.

NOTAS

(1) — *O Dia do Índio*, 1ª vol., publicação n.º 100, Ministério da Agricultura — Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Imp. Nac., 1946, R. J.

(2) — Davis, Shelton — *Vítimas do Milagre — O Desenvolvimento e os Índios no Brasil*. R. J., Zahar, 1978.

(3) — A FUNAI foi criada após uma grande devassa feita no SPI, que dava provas, já ao final dos anos 50, de corrupção e sadismo no relacionamento com os índios; este fato, foi amplamente reportado no relatório do então Procurador Geral Jader Figueiredo, e ficou conhecido como Relatório Figueiredo

(4) — Entendemos por indigenismo de gabinete neste contexto, aquele articulado nas dependências da FUNAI, seja em Brasília, seja nas unidades administrativas regionais, e daí imposto aos grupos tribais, no tocante à implantação de projetos de desenvolvimento comunitário, desconsiderando por exemplo, as diversas formas de organização sócio-cultural das sociedades indígenas; esta forma de indigenismo se encontra alheia à realidade vivenciada por essas sociedades mas, assim está, por se ver subordinada aos esquemas político-econômicos do Estado.

(5) — Ao final da Semana do Índio, realizada no Museu Emilio Goeldi, foi criado oficialmente o Grupo de Apoio ao Índio/Pa., embora este já venha existindo desde outubro de 1978.

(6) — Não se dê aqui o sentido, às vezes pejorativo, de diplomacia, mas sim o de entendimento simétrico e também ético entre as nações, entre sociedade nacional e sociedades indígenas.

(7) — Recentemente foi firmado um acordo entre a comunidade Parakatege e a Eletronorte, no sentido de ser este grupo indenizado monetariamente e de não passar a estrada que servirá à colocação das torres de transmissão pelos principais castanhais de que a comunidade se serve para a sua subsistência. Convém lembrar que os Parakatege tiveram de buscar assessoramento jurídico extra-FUNAI, mais precisamente junto ao Dr. Dalmo Dallari.

(8) — in *Cadernos da Comissão Pró-Índio*, Ed. Global, 1978, SP.

Antônio Carlos Magalhães
Museu Emílio Goeldi, Belém, Pará